

# O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente

MATHIAS SEIBEL LUCE\*

Desde o advento do imperialismo como etapa superior do capitalismo, os teóricos marxistas buscam definir o caráter das formações econômico-sociais em um sistema mundial hierarquicamente diferenciado. Através dos debates da Terceira Internacional, a classificação de países imperialistas, colônias e semicolônias passou a ocupar um lugar no vocabulário marxista. Com as transformações do capitalismo na conjuntura das duas guerras mundiais e do processo de descolonização, termos como *neocolonialismo* (Nkrumah, 1966) e *imperialismo sem colônias* (Magdoff, 1978) foram utilizados para expressar a nova condição da dominação exercida pelas potências imperiais. No nível de análise das formações histórico-concretas submetidas às relações imperialistas, o vocábulo *dependência* ganharia o *status* de categoria de análise com os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), pensada como complemento necessário da teoria do imperialismo. Os marxistas dependentistas assentaram as bases para o estudo do capitalismo latino-americano, desvelando as leis próprias de funcionamento desse capitalismo *sui generis* e compartilhando do esforço para enraizar o marxismo no continente (Ferreira e Luce, 2012). Entre eles, Ruy Mauro Marini, analisando as mudanças no sistema capitalista mundial nas décadas de 1960 e 1970, identificou a emergência do subimperialismo como uma nova etapa do capitalismo dependente, através do amadurecimento de um novo tipo de formação econômico-social, que na América Latina se materializava no Brasil.

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
Email: mathias.seibel@ufrgs.br.

Neste artigo, fazemos a discussão da categoria de Marini, remontando sua proposição no interior da teoria marxista. O argumento sustentado é que nos livros e dezenas de artigos de Marini são discerníveis os fundamentos para uma teoria global do subimperialismo. Se esses fundamentos restaram dispersos no conjunto de seus escritos, sem um texto que trouxesse a palavra final do autor para o significado assumido pela categoria que ele cunhou, isso não impede que sua sistematização possa ser feita com rigor,<sup>1</sup> desde que respeitados os nexos categoriais que vinculam suas formulações acerca do subimperialismo ao corpo teórico da TMD – como as leis próprias do capitalismo dependente (superexploração da força de trabalho, transferência de valor, cisão entre as fases do ciclo do capital) e outras noções e categorias desenvolvidas por Marini e demais expoentes da TMD, especialmente as categorias *padrão de reprodução do capital e cooperação antagônica* e a tipologia das formações econômico-sociais na industrialização dependente. As formulações de Marini serão discutidas sob o prisma de cada um dos níveis de abstração da TMD e que expressam as distintas instâncias que compõem a totalidade.<sup>2</sup> O fenômeno não é igual à soma das partes. Enquanto totalidade, o subimperialismo somente existe na dialética que nasce da articulação das determinações históricas que constituem sua essência. A falta de clareza teórica para entendê-lo levou a inúmeras confusões sobre a categoria de Marini, desde seus adversários teóricos que se ufanavam da burguesia brasileira<sup>3</sup> até seus críticos contemporâneos no campo do marxismo.

Como pretendemos demonstrar, o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de cederem ou transferirem valor para os centros imperialistas. Essas formações econômico-sociais que ascendem à condição subimperial logram deslocar contradições próprias ao capitalismo dependente, de modo a assegurar a reprodução ampliada e mitigar alguns efeitos da dependência mediante formas específicas do padrão de reprodução do capital e uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, nas diferentes conjunturas, sem questionar contudo os marcos da dependência, e pleiteando uma autonomia relativa para o Estado subimperial.

1 Neste artigo, apresentamos avanços teóricos em relação à discussão em nossa tese de doutorado (Luce, 2011) sobre a categoria *subimperialismo* em Marini. Agradeço a Jaime Osorio pelos aportes valiosos que fez às ideias apresentadas aqui.

2 São eles: modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura (Osorio, 2012a).

3 Ver Cardoso e Serra (1979) e a resposta de Marini (2000).



## Um nível hierárquico do sistema mundial

A emergência do imperialismo e do subimperialismo constituem processos de amadurecimento da economia capitalista mundial – no centro o primeiro, na periferia o segundo – com a passagem à fase dos monopólios e do capital financeiro. Seu estudo deve começar no nível de abstração do sistema capitalista, no quadro da entrada a um novo estágio do capitalismo como sistema mundial. Se o advento histórico do imperialismo remonta à virada do século XIX para o XX, o subimperialismo data da nova tendência integracionista do capitalismo mundial, oriunda do movimento de capitais do pós-Segunda Guerra.

a expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital-dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto ao que regia antes da crise mundial [...] Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramos-nos frente a uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo [...] O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação – que são também potências capitalistas médias –, o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo. (Marini, 1977, p.25; trad. nossa)



Tanto o imperialismo como o subimperialismo ocorrem em um sistema capitalista organizado entre centros e periferias, numa relação histórica que se modifica no tempo e com base em divisões internacionais do trabalho que também se modificam no tempo (com mudanças nos valores de uso que uns e outros produzem, com novas formas de apropriação do valor e de integração dos sistemas produtivos). Na raiz do subimperialismo

observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores; simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema. A circulação de capital em escala mundial se intensifica e se amplia, ao mesmo tempo que se diversifica a acumulação. Entretanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista, ainda que agora também em benefício das nações de composição orgânica intermediária. A isso corresponde, *do ponto de vista estritamente econômico*, o subimperialismo. (Marini, 2012, p.40; grifo do original)

*O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente • 131*



No nível do sistema e em termos estritamente econômicos,

o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial, na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. (Marini, 2012, p.41)

Essa transformação expressa a um só tempo a mudança operada na dinâmica do imperialismo *tout court* e o surgimento de formações subimperiais no âmbito do processo expansionista da acumulação de capital em escala mundial. Um movimento dialético pelo qual o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau da composição orgânica do capital) e, como nova síntese de múltiplas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista), modificando as formas de funcionamento do capitalismo mundial.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. (Marini, 1992, p.137-8)

O sentido perverso a que se refere Marini é o fato de a autonomia relativa não poder escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros. Quando uma ou mais economias dependentes ascendem a novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é para assumirem novo caráter da dependência e para se converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias – mas sem elevar o nível geral de vida da sua classe trabalhadora.

### **Uma etapa do capitalismo dependente**

Assim como Lenin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo consiste, segundo Marini (1977a, p.31), na “forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. Um estágio superior de desenvolvimento no qual “a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás” (Marini, 1977a, p.32). A chegada de um país dependente à etapa subimperial põe em marcha o estabelecimento de uma divisão regional do

trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução do capital sediado no país subimperialista (seja ele propriedade da burguesia interna, seja de capitais provenientes dos grandes centros imperialistas, sendo comum a associação entre ambos). Nesses termos, a ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados diferenciava-o de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva na divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava.

Tudo isso configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em seu conjunto com a economia mundial, sobre a base do desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contraparte de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial. (Marini, 1976, trad. nossa)

Marini entendia o subimperialismo enquanto fenômeno para além do regime político imperante no Brasil nos anos da ditadura tecnocrático-militar e para além de uma realidade que tinha ou pode ter lugar apenas no Brasil:

em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada [...] mas não é menos certo que este [o subimperialismo] não é nada mais do que *uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente*. (Marini, 2005, p.179-180; grifo nosso)

Ou seja, o subimperialismo corresponde à chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro, engendrando novas tendências que esse grau de acumulação coloca.

### **Um tipo de formação econômico-social**

Já a projeção em termos políticos das condições econômicas apresentadas anteriormente, de tal modo a amadurecerem para engendrar o subimperialismo, exige outros elementos, como um Estado forte, uma burguesia com projetos próprios e que converta esses projetos de expansão econômica e política em projetos nacionais – o que implica persuadir ou subordinar outras frações burguesas e outras classes sociais, tanto no terreno interno como externo. Como sustenta Marini (Marini, 1977a, p.31; trad. nossa):

*O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente* • 133

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada por uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas se mantém também no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo na escala internacional. Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços da Argentina e outros países para ascender a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza.

Por que na América Latina o Brasil e não a Argentina ou o México alcança essa posição? Nem todos novos subcentros econômicos que atingiam uma composição orgânica média e que passavam também à condição de exportadores de manufaturados e, em menor medida, de capitais estavam em condições de impor uma divisão sub-regional do trabalho para o proveito de suas burguesias internas. A trajetória das diferentes formações estatais revela como, em algumas sociedades, o Estado nacional amadureceu para uma formação social subimperial, enquanto em outras não. Podemos identificar cinco elementos determinantes, mediados pela ação do Estado, para a manifestação histórica de uma política expansionista relativamente autônoma: a) ascensão de um país dependente – dentre aqueles de Tipo A, na tipologia da industrialização dependente elaborada por Vania Bambirra (2012) – para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, através do deslocamento de suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperial; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e) a condição de economia dependente que apresenta não apenas cedência de valor para as economias imperialistas, mas que também se apropria de valor das nações mais débeis.

A Argentina, apesar de ter atingido a etapa monopólica e financeira e de ter liderado antes do Brasil a produção industrial na América do Sul, apresenta uma divisão entre o grande capital ligado ao agronegócio e o grande capital ligado ao setor industrial que impede projetos unificados e o fortalecimento do Estado e das classes dominantes. No México, a subordinação econômica e política aos projetos do grande imperialismo estadunidense impedem o capital em operação no país de ter projetos próprios. Dessa maneira, nesses dois países amadurece a formação subordinada e não a subimperial (autonomia relativa). Na América Latina, foi apenas o Brasil que reuniu as condições para dar vida ao subimperialismo, formando trustes capitalistas nacionais que colocaram em marcha um novo padrão de intercâmbio desigual. Dentre as condições anteriores, foi o tema dos trustes capitalistas nacionais que recebeu maior tratamento analítico na reflexão

de Marini. No artigo “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, Marini (1977a) incorporou aspectos da teoria da conglomeração de Bukhárin para examinar o papel do Estado na dinâmica do subimperialismo, mediante o processo de aglomeração do capital com o Estado nacional, formando trustes capitalistas no contexto da tendência integracionista do capitalismo mundial. Em sua obra *A economia mundial e o imperialismo* (Bukhárin, 1986), o teórico russo pôs em evidência o fato de que a internacionalização do capital não pode prescindir de sua internalização.

ao acarretar um maior desenvolvimento capitalista nas zonas subordinadas como a América Latina, a integração fez com que se manifestassem também nelas, com maior força, suas contratendências, em particular a que trabalha no sentido de reforçar os Estados nacionais. (Marini, 1977a, p.33; trad. nossa)

Nesses termos, tem-se um processo dialético de internacionalização-internali-zação, no qual o reforço do Estado nacional atua como um elemento que, de modo contraditório ao processo de internacionalização, assegura o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção.

Se a exportação de capital a partir da nação imperialista marca o momento em que se expressa de forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determina- da representa o [momento] de sua negação, ao passar esse capital a depender da capacidade dessa economia – e, portanto, do Estado que a rege – para garantir sua reprodução. (Marini, 1977a, p.33; trad. nossa)

Dadas as desvantagens entre a burguesia imperialista e a dos países dependen- tes, esta última se encontra desprovida de condições para negociar diretamente com o imperialismo uma posição proveitosa ao associar-se à tendência integracionista imposta pelos centros imperialistas. É por isso que “opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação”, o que lhe permite concentrar e or- ganizar suas forças. Essa intermediação, uma vez combinada com a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que chega agora às economias dependentes, faz com que “o fenômeno de ‘aglomeração’ do capital com o Estado nacional a que alude Bukhárin se reproduza nesses países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro”. O resultado dessa aglomeração “não é a submissão pura e simples do Estado pelo capital”. Antes pelo contrário:

Embora seja evidente que o Estado se converta no que Bukhárin chama ‘truste capitalista nacional’, o próprio fato de que ele seja chamado a ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que se acentua sua autono-

mia relativa frente aos distintos grupos capitalistas [...] Foi em função disso que o Estado brasileiro pôde formular o projeto não de uma estrutura subimperialista, mas de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil lhe poderia conferir. (Marini, 1977a, p.34; trad. nossa)

Dessa maneira, o Estado comparece seja para melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido, seja para agir em prol de uma autonomia relativa perante os grupos capitalistas estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios de que elas não dispõem para que possam gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo. A formação desses “trustes capitalistas nacionais” foi uma condição determinante para o ímpeto expansionista que converteu o Brasil em exportador de manufaturados e de capitais. De igual maneira, o Estado foi também um meio fundamental para conferir a escala da produção alcançada por esses mesmos conglomerados, assim como fonte de elaboração do projeto nacional subimperial (Escola Superior de Guerra, Itamaraty etc.) e elemento que selou a unidade entre as diversas frações burguesas.

### **Um conjunto de formas do padrão de reprodução do capital**

A seguir, veremos como considerado no nível do padrão de reprodução do capital “o eixo do esquema subimperialista está constituído pelo problema do mercado” (Marini, 2012, p.256). Enquanto nível de abstração intermediário, o padrão de reprodução é síntese da dialética entre o sistema mundial e o capitalismo dependente, que determina as formações econômico-sociais; e da dialética entre as formações econômico-sociais e o movimento do real em diferentes conjunturas históricas, sobredeterminando o capitalismo dependente. O exame do subimperialismo como conjunto de formas do padrão de reprodução toma, portanto, em consideração o processo histórico da sucessão de diferentes padrões, tendo como marco analítico as formas assumidas pelo capital (as regularidades e mudanças observadas no ciclo do capital, considerado do ponto de vista dos valores de uso produzidos e do processo de valorização em si).<sup>4</sup>

Assim como no imperialismo a expansão do poder do capital e dos Estados imperialistas exercem o efeito de contra-arrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o subimperialismo, sob o ângulo do padrão de reprodução, reside na conjunção das leis próprias da economia dependente com a divisão internacional do trabalho que rege cada período da economia mundial. Nas palavras de Marini (2012, p.40), o subimperialismo teve origem e é definido:

<sup>4</sup> A categoria *padrão de reprodução do capital* teve seus fundamentos assentados por Marini e foi levada adiante por seu discípulo Jaime Osorio, com quem alcançou seu desenvolvimento teórico definitivo. Ver Osorio (2012a).



a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extrema a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores).

A integração dos sistemas de produção na divisão internacional do trabalho do pós-guerra transformou a indústria de bens duráveis no setor dinâmico da economia brasileira. “Embora muitos dos produtos que daí derivem, de maneira direta ou indireta, consistam francamente suntuários nas condições da América Latina, foi em função deles que, por conveniência do capital estrangeiro, se alterou a estrutura produtiva” (Marini, 1977a, p.27; trad. nossa). Sob o padrão industrial diversificado, o Brasil tornou-se assim o principal produtor de automóveis na América Latina e o oitavo no ranking mundial. E foi o *locus* do surgimento de um complexo militar-industrial que levou o país ao posto de segundo produtor de armamentos do Terceiro Mundo, atrás apenas de Israel. O grau médio na composição orgânica traduzia a importância assumida pela indústria de transformação e, em especial, pela indústria pesada. Como um dos subcentros desta no mundo dependente, o Estado brasileiro passava a conformar uma divisão regional do trabalho voltada para a exportação de manufaturados e provimento de matérias-primas baratas, de modo a realizar o capital-mercadoria produzido (constituindo sua própria periferia entre os países da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio – Alalc) e reduzindo o valor do capital constante – exploração da energia de Itaipu etc.).

Dizer que o subimperialismo “está constituído pelo problema do mercado” significa que o país subimperial logra deslocar através da expansão subimperialista os problemas de realização da economia dependente na segunda fase da circulação (M'-D'). E logra mitigar alguns efeitos estruturais da dependência na primeira fase da circulação (D-M) e no processo de acumulação em escala ampliada: o capital financeiro em operação no país e as empresas produtivas inscritas em sua lógica e que assumem a configuração de trustes capitalistas nacionais – nunca desvinculados do capital estrangeiro, tenha-se presente – conseguem apropriar-se de lucro extraordinário, seja liderando internamente a produção em seus ramos respectivos, seja operando em outras economias submetidas à expansão subimperial, apropriando-se de valor produzido nas nações mais débeis. E uma parte dessa massa de valor – a outra é drenada pelas relações com o imperialismo – é incorporada, possibilitando, dentro dos limites de uma economia dependente, certo desenvolvimento com algum controle tecnológico na produção e com alguma presença, ainda que subordinada, nos circuitos da valorização financeira. Os casos da Petrobras, da Embraer, do Banco do Brasil, do BNDES e de um banco privado como o Itaú são exemplos do recém exposto.

*O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente • 137*

Está claro que Marini atribuía ao Estado um papel determinante no funcionamento do subimperialismo. No período do padrão industrial diversificado, o Estado chegou a responder por 60% do investimento bruto fixo (Marini, 1977b). E era acompanhado pelo capital-dinheiro internacional, que através do mercado de capitais promovia a fusão do capital bancário com o capital industrial (surgimento das financeiras, lei dos consórcios etc.). Esse processo alavancou as empresas do setor dinâmico do padrão então em curso, fortalecendo a esfera alta do consumo (automóveis, eletrodomésticos) mediante vendas a prazo. Na segunda fase da circulação, o consumo suntuário e o mercado externo compareciam como fatores de realização, ambos contando com o Estado: a redistribuição regressiva da renda ampliava o raio de ação da esfera alta do consumo e os incentivos e subsídios estatais às exportações de manufaturados – assim como a captura de mercados na América Latina e nos demais países do mundo dependente através da política externa – garantiam as vendas dos valores de uso produzidos.

Nos dias atuais, sob o novo padrão exportador de especialização produtiva, a indústria de transformação cedeu lugar às indústrias extrativas. E as matérias-primas despontaram novamente como o segmento que imprime dinamismo ao padrão de reprodução, alterando a forma histórica da dependência. Esses segmentos, juntamente com a valorização financeira em si e alguns poucos ramos do padrão anterior (especialmente a indústria automobilística) são a pedra de toque do capitalismo brasileiro nesse começo de século. Se antes os ramos da indústria de automóveis, a de eletrodomésticos e a indústria bélica faziam do mercado externo, do consumo suntuário e do Estado fatores de realização dos valores de uso produzidos, hoje são principalmente as exportações do agronegócio e do segmento de extrativa mineral que mobilizam o mercado externo na segunda fase da circulação, ao passo que a indústria automobilística prossegue encontrando no consumo suntuário e no Estado (via isenção de IPI) os seus canais de realização.

### **A cooperação antagônica com o imperialismo através das conjunturas**

A categoria da cooperação antagônica é a que expressa a ação do Estado subimperialista nas diferentes conjunturas. Ela foi definida como a busca de uma autonomia relativa no marco da dependência: “as relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo”. Cooperação antagônica significa que o país subimperial jamais deixa a condição de economia dependente. Não é um país imperialista:

sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração etc. (Martins, s/d)

138 • *Crítica Marxista*, n.36, p.129-141, 2013.

O antagonismo expressa a busca por uma autonomia relativa na política internacional e pelo controle de uma parcela da massa de valor, de modo a ser uma economia que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor. Nem todos os países dependentes que adentraram na etapa dos monopólios e do capital financeiro reuniram condições para praticar uma política nos termos da cooperação antagônica. É nesse sentido que reside a ponderação de Marini (2012, p.41): “a concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias a seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista”. Além disso, “tais relações dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias etc.” (Martins, 2012, p.41). Onde as relações com os centros dominantes não seguiram a lógica da cooperação antagônica, o novo caráter da dependência reforçou a formação subordinada. Onde, ao contrário, ela teve lugar é porque se criaram as condições para uma autonomia relativa, amadurecendo a formação subimperial. E é por conta disso que o subimperialismo brasileiro não desapareceu com o fim do padrão industrial diversificado, mas assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva, com a ideologia neoliberal e suas variantes neodesenvolvimentistas:<sup>5</sup> a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização e apropriação de territórios para a acumulação no continente.

Antigos e novos trustes capitalistas brasileiros expandiram seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa, absorvendo riquezas nacionais dos países vizinhos, como o fizeram as mineradoras Vale e Votorantim, os frigoríficos Marfrig e JBS Friboi, a Petrobras, as construtoras Odebrecht e OAS, o grupo Gerdau etc. Se o Mercosul subimperial contrasta com a Alca do grande imperialismo, por outro lado, da mesma maneira, a Unasul – foro de implementação da Iirsa – coloca em prática em nome da integração regional o papel que o imperialismo nos reserva na divisão internacional do trabalho, com a particularidade de buscar uma esfera de influência própria e uma autonomia relativa para a burguesia dependente, nos termos da cooperação antagônica com os centros imperialistas e à custa dos povos irmãos. Nesse sentido, substituir os EUA ou a União Europeia pela China como principal mercado das exportações em nada altera a lógica do imperialismo, que finca raízes em nossas sociedades e segue provocando o despojo dos povos no continente, com a participação ativa dos governos brasileiros de Lula e Dilma, como se observa nas lutas no Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (Tipnis) na Bolívia, na Amazônia peruana e equatoriana, nas terras uruguaiaias e paraguaiaias etc., ao mesmo tempo

5 Para uma análise do atual padrão exportador de especialização produtiva, ver Osorio (2012b).

que são negadas à classe trabalhadora brasileira superexplorada suas condições mais essenciais de vida e trabalho.

### **Conclusão**

Como procuramos sustentar, a categoria *subimperialismo* formulada por Marini expressa uma totalidade formada por diferentes níveis de abstração. Enquanto fenômeno histórico, o subimperialismo vai modificando suas formas, mas conservando sua mesma essência. Desconsiderar esses pressupostos foi a origem de muitos dos equívocos interpretativos em torno do conceito. Se o significado de dependência é o de economias voltadas para atender necessidades de outras economias e o subimperialismo é uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor das nações mais débeis, como antes, hoje o subimperialismo brasileiro participa do despojo da classe trabalhadora e dos povos a ele submetidos para reproduzir ampliadamente o despojo da própria população trabalhadora em seu território. O maior frigorífico do mundo pertence à burguesia de um país que nega alimento à sua população. O maior banco de fomento do mundo pertence a um país onde metade do orçamento público federal se destina à remuneração da alta burguesia financeira. Algumas dentre as maiores construtoras do mundo fazem parte do bloco no poder de um país onde a classe trabalhadora gasta em média 4 horas se deslocando até o local de trabalho em suas metrópoles. Tudo isso confirma a atualidade da afirmação de Marini em *Subdesenvolvimento e revolução*: o caráter subimperialista que a burguesia dependente procura imprimir à sua dominação torna irmanadas a resistência anti-imperialista no continente e a luta de classes que enfrenta a classe trabalhadora brasileira.

### **Referências bibliográficas**

- BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BUKHÁRIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.23, 1979, p.33-80.
- FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias Seibel. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini*. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MAGDOFF, Harry. *Imperialism*. From the Colonial Age to the Present. Nova York: Monthly Review Press, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

- \_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_. As razões do neodesenvolvimentismo. Resposta a Cardoso e Serra. In: SADER, Emir (ORG.). *Dialética da dependência*. Antologia de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *América Latina*. Dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- \_\_\_\_\_. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México, Era, n.12, 1977a, p.21-39.
- \_\_\_\_\_. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México, Era, n.13, 1977b, p.76-84.
- \_\_\_\_\_. Crisis del Pacto Andino. El fracaso del desarrollismo. *El Sol de México*, Cidade do México, 14 out. 1976, sección A, p.5, 14. Unam-Hemeroteca Nacional de México. Libro Octubre 1-14.
- MARTINS, Ernesto. Aperj, Coleção Darf, Documento 545, p.4. s/d.
- NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo*. Última etapa del imperialismo. Cidade do México: Siglo XXI, 1966.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- \_\_\_\_\_. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.